

HISTÓRIA

EM
DEBATE

ANAIS DO XVI^º SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

HISTÓRIA EM DEBATE

Problemas, Temas e Perspectivas

ANPUH: 30 anos

CNPq

InFour

Imagens de São Paulo: História e Historiografia.

Zilda Márcia Gricoli Iokoi

I. São Paulo - Nação

Gostaria de iniciar essa reflexão tomando como referência para a análise as palavras de Agnes Heller em *O Cotidiano e a História* “a Teoria de que os homens fazem sua própria história, mas em condições previamente dadas, contém as teses fundamentais da concepção marxista da história: por um lado, a tese da imanência, e, por outro, a da objetividade. O princípio da imanência implica no fato da teleologia, ao passo que o princípio da objetividade implica naquele da causalidade; os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo deste modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados”⁽¹⁾. Deve-se entender por circunstâncias a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, “um complexo que contém inúmeras posições teleológicas, a resultante objetiva de tais posições teleológicas”⁽²⁾.

Desse modo, causalidade e finalidade como define Marx, ou seja, fatos ontológico-sociais que necessariamente se relacionam, quando consideramos a questão da conexão entre desenvolvimento histórico e uma finalidade objetiva.

Se a história é a substância da sociedade, ela não contém apenas o essencial, mas a continuidade de toda a heterogênea estrutura social, a continuidade dos valores, ou seja, a relação de alteridade e não da articulação do tipo do par essência e aparência. Trata-se portanto, de uma reflexão definida pelo tempo diferenciado, enquanto ritmo dos acontecimentos ou das estruturas sociais. Ritmo que é diferente nas esferas heterogêneas, fundamento das desigualdades do desenvolvimento, ou seja, da categoria central da concepção marxista da história.

Pensar a história de São Paulo a partir do final do século XIX, nos remete necessariamente à problemática colocada por Heller, uma vez que, diferentes temporalidades se apresentam, constituindo-se em fatos ontológico-sociais, cujos ritmos são desiguais. De um lado, a crise do trabalho escravo, produziu uma alteração objetiva nas estruturas de produção, que passaram

a ser consideradas arcaicas, necessitando a renovação acelerada, busca que remeteu às relações de intercâmbio desigual com os países portadores de tecnologia e oferta de força de trabalho.

Se tomarmos esse problema, perceberemos que os interesses do Estado encontram-se com o dos grupos financeiros que viam nas relações internacionais um caminho para o progresso. O café do Vale do Paraíba desarticulado frente a esse projeto modernizador, inicia sua marcha para o Oeste, marcha esta, que atrai para si o centro das atenções econômico-políticas, passando a ser o setor da economia ligado a esse produto considerado o responsável pelo desenvolvimento nacional.

Essa imagem constituída pelos interesses dos contemporâneos, estimulou disputas e alianças no final do século XIX, produziu uma visão distorcida das últimas décadas do Império e ainda manteve a possibilidade do grupo cafeicultor impor seu projeto republicano ao país.

Foi na tentativa de solucionar os interesses ligados aos investimentos no tráfico de escravos, que o governo impôs a Lei de Terras de 1850, e que abriu a possibilidade da sua compra na região nova do oeste paulista. Foi ainda, tentando eliminar o arcaico, que o projeto modernizador preferiu a mão-de-obra européia, mesmo que esta não contasse com a experiência agrícola tão propagada pelos ideólogos da imigração.

Ao contrário do que era afirmado, essa ação realizava-se nos marcos da estrutura latifundiária e da concepção do trabalho escravo, permitindo que a temporalidade do arcaico se perpetuasse como estrutura fundamental, escondida por trás do discurso modernizador.

Essa situação centrada nos limites regionais de São Paulo e norte do Paraná, passaram a definir as regras do jogo, pondo em curso a imagem de São Paulo, como se ela fosse a da nação e legitimando ações políticas e concepções históricas que apareciam claramente na produção contemporânea.

Se tomarmos os textos de Bernardino de Campos, Campos Salles, Oliveira Lima, Oliveira Vianna⁽³⁾ encontraremos as Histórias do Brasil, que analisam os problemas sócio-políticos e culturais, centrados na ótica de São Paulo. Por mais que se procure desvendar fatos referentes à problemas e conflitos nas outras regiões do país, eles são apresentados e submetidos à lógica paulista. Mesmo acontecimentos da relevância de Canudos ou Contentado, aparecem referidos ao fanatismo, barbárie ou mesmo ao atraso das regiões do país e da necessidade do desenvolvimento, que se colocava como contraponto. São Paulo assim aparecia como um bloco homogêneo, onde miséria e pobreza não mais existiam ou se fosse encontrada era fruto da preguiça ou da incompetência dos trabalhadores.

As obras que se seguiram a essa produção contemporânea à República Velha, agudizaram ainda mais a visão de São Paulo-Nação. José Maria Bello, Leôncio Basbaun, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr.⁽⁴⁾, entre inúmeros outros, cada um a seu modo reproduziu para o conjunto da nação fenômenos como os de São Paulo. Movimento operário, economia cafeeira, industrialização, urbanização passaram a ser os temas da história do Brasil, desconsiderando-se inteiramente as realidades diferenciadas das várias regiões do país. Assim, até 1930 estuda-se a economia cafeeira, as políticas de valorização do café, a industrialização, as greves, as lutas anarquistas, a política “café com leite” entre outras questões cuja relevância as colocam além esfera local. Ocorre que essa imposição esteve relacionada também à hegemonia do latifúndio cafeeiro e suas articulações na produção e comercialização de riquezas do país para o exterior.

Tanto as imagens de São Paulo se impunham ao país de forma poderosa, que na Semana de Arte de 1922, ocorrida em São Paulo e, sem eco nos vários estados, a não ser na oposição carioca, promoveu-se uma necessária discussão sobre a questão nacional. Percebia-se o descompasso entre o desenvolvimento paulista e as demais regiões, e os conflitos de interesses passavam a se apresentar mais intensamente.

Em 1928, o Manifesto de Mário de Andrade poderia servir de referência para uma crítica sobre a desigualdade dos ritmos históricos. Reconheceu-se por um lado, a máquina, o automóvel, a locomotiva e a produção fabril, mas também sua regionalidade e por outro lado, destacou-se a necessidade dos demais Estados se incorporarem ao ritmo desenfreado da cidade e do progresso. Macunaíma apareceu demonstrando ao mesmo tempo o primitivo e o moderno, o negro e o branco, o mítico e o materialista. Essa consciência da desigualdade, da necessidade da reflexão regional, se escondeu nos mitos do progresso e da homogeneidade do moderno.

Aparentemente, a crise de 1930, significaria uma possibilidade de romper com o eixo sobredeterminante de São Paulo, entretanto, algumas questões permaneceram como antes. A solução para o impasse que o *crack* de 1929 produzira se deu pela combinação entre o modelo primário exportador e o modelo de substituição de importações. O Estado Nacional passou a regular os mecanismos econômicos e São Paulo passou a ser beneficiário desse progresso que coordenava a produção agro-exportadora e o parque industrial que se concentrou nesta mesma região. Desse modo, os projetos integracionistas de Oliveira Vianna, articularam-se ao modelo industrial proposto por Roberto Simonsen e pelo controle político-social da jurisprudência de Francisco Campos. Contraditoriamente, São Paulo aparecia como constitucionalista em 1932, como partidário do desenvolvimento técnico-

científico com a criação da USP em 1934, e como responsável por estimular o desenvolvimento nacional, identificados os entraves a esse desenvolvimento nas pesquisas de Ives Lacoste, Roger Bastide, Charles Boxer ou Levy-Strauss.

A imagem de Locomotiva⁽⁵⁾ do país se impôs, e passou a contar nas articulações de políticas públicas e de captação de recursos. Essência e aparência são categorias insuficientes para recuperar as circunstâncias desse processo, uma vez que a relação que se estabeleceu foi a de alteridade⁽⁶⁾. Os ritmos diferenciados de desenvolvimento opunham o grupo paulista aos dos outros estados, sendo considerado como estímulo à eliminação das desigualdades sociais, que mesmo estando presente em São Paulo, apareciam definidas por padrões morais e não econômico-políticos. Evidentemente, o contexto da 2ª Guerra Mundial favoreceu enormemente essa reafirmação.

Com o desenvolvimentismo, especialmente se tomarmos o período de 1950/55, é possível perceber que essa lógica passou a sofrer alterações. Eliminou-se o princípio geográfico do desenvolvimento, e a separação entre industrializados e não-industrializados; estimulou-se através do CEPAL um desenvolvimento que optava pelo crédito externo diretamente ligado à produção, mas, procurou-se formular um plano que pudesse consorciar indústrias de bens de capital às indústrias de consumo, plano este, que foi articulado no projeto de criação da SUDENE. Entretanto, no que se refere a sua aplicação prática se efetivou através de incentivos fiscais e estimulou a idéia da inviabilidade das outras regiões do país, no que se refere aos indicadores de eficácia das unidades produtivas das regiões afastadas.

Sob a lógica de São Paulo Locomotiva, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná passaram a contar com o progresso da região, estimando-se que esta possibilidade se abriria aos demais Estados, estabelecendo-se assim o mito da eficácia da locomotiva para romper com o atraso geral do país.

Na década de 1950 (1956) os trabalhos que Nelson Werneck Sodré desenvolveu no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) publicados sob o título *Formação Histórica do Brasil*, apresentavam alguns indicadores que poderiam ter produzido a crítica da imagem de Locomotiva. De um lado, ao analisar o aporte de capital financeiro do exterior, tanto para a constituição do parque industrial quanto para sua aplicação direta na produção, o autor analisava a dependência de tecnologia e o descontrole sobre as remessas de lucro, fator que indicava a concentração do capital e a existência de regiões não-desenvolvidas. Mas, pré-determinado por sua tese central da aliança dos latifundiários com o imperialismo, o autor destacava a desigualdade do intercâmbio, procurando demonstrar como o café, o algodão e o açúcar, respectivamente produzidos em São Paulo e no Nordeste, não produziam divisas suficientes para competir com a entrada de bens de capital. O próprio

autor desviou a reflexão para o exterior, perdendo a possibilidade de decodificar os diferentes ritmos históricos.

Assim, não se tornava possível penetrar no âmago da questão, impedindo a crítica à estrutura da concentração que atraía outros grupos para investir no polo dinâmico, uma vez que a agricultura considerada arcaica para todo o país, em São Paulo traduzia-se como empresa moderna. Isto porque, na história agrícola de São Paulo, o complexo cafeeiro foi considerado estimulador de um diversificado crescimento econômico. Essa posição aparece bem definida nas obras historiográficas como as de Emília Viotti da Costa, retomada por Wilson Cano, Paul Singer, entre outros⁽⁷⁾, posição que se define pela expansão do café enquanto atividade nuclear, expandindo a oferta de mão-de-obra, da rede ferroviária e seu papel na acumulação desse complexo; do papel desempenhado por esse setor na apropriação de terras e no desenvolvimento da agricultura de alimentos e de matérias-primas por ele estimulada.

A concepção de um complexo capitalista não pode entretanto ser estendida a todo o Estado de São Paulo, e nem estabelecer uma análise que constitua uma fixação espacial desse setor que já se formou em movimento. É evidente que a economia cafeeira produziu um modelo político de protecionismo e intervencionismo estatal ainda no bojo do capitalismo concorrencial. Esse processo, considerado por Wilson Cano como fase da acumulação originária de capital, só pode ser desvendado pelo conceito de formação econômico-social e desenvolvimento desigual. É a aplicação dessa referência teórica que permite recuperar o trabalho do autor, e demonstrar os problemas e os limites da imagem de Locomotiva.

Do mesmo modo que o desenvolvimento do café permitiu a concentração de capitais nesse setor, estabelecendo um ritmo e uma dependência dos outros setores a este, a industrialização promovia a desigualdade regional e a descompensação entre os vários setores da produção, muitos deles inviáveis frente ao domínio da agro-exportação combinada à substituição de importações.

II. Moderno e Arcaico - São Paulo e os Tempos Históricos

É interessante destacar que a imagem de São Paulo, como Locomotiva do Brasil se constituiu no início do século, como se nesse período a agricultura estivesse interligada, inexoravelmente, à indústria, e como se o seu destino fosse o de naturalmente desembocar numa estruturação produtiva que teria sua força motriz iniciada por São Paulo e dali se deslocasse para percorrer todo o país levando progresso às mais variadas regiões.

Entretanto, é preciso retomar as circunstâncias indicadas por Agnes Heller, como as que podem desvendar as condições histórico-políticas e culturais que envolveram a questão agrária no Brasil. Para Alberto Passos Guimarães, "o regime senhorial de propriedade da terra, nasceu no Brasil de um legado da metrópole portuguesa aos nobres e abastados, entre os quais se dividiu o território colonial. O sistema latifundiário não se formou lentamente, durante longa gestação histórica por meio da anexação, quase sempre violenta, das terras pertencentes às classes camponesas... Ele foi implantado originariamente nas terras tomadas dos indígenas, mediante o uso da violência, mas em cumprimento a um plano de ocupação traçado nos principais detalhes, pelo Estado colonizador"⁽⁸⁾. Surgiu desde o começo como empresa do Estado, situação que se manteve no sentido mais essencial mesmo com as mudanças processadas pela Independência e República. Dessa forma, a pequena propriedade foi mantida em alguns momentos, não como regra, mas como exceção permitida pelo sistema latifundiário. Os núcleos coloniais que prosperaram no sul do país, foram paulatinamente inviabilizados, e, a partir dos anos 70 deste século, assiste-se a ampliação dos conflitos sociais como os que se destacaram na Fazenda Anoni, na Encruzilhada do Natalino e na região de Santa Maria com os afogados, desapropriados para a construção da barragem de Passo Fundo⁽⁹⁾.

Essa situação ocorreu também em São Paulo, quando os cafeicultores tiveram interesse em manter o trabalhador na terra, como no início deste século, e em áreas definidas como de produção de mantimentos, uma vez que realizou-se uma divisão social do trabalho, ficando o latifúndio com o lucrativo sistema de agricultura de exportação e o pequeno proprietário ou posseiro com o de mantimentos.

Mesmo com essa política concentracionista realizada por todos os governos, com vistas a manter o trabalhador rural à disposição do latifúndio, o sistema camponês cresceu e se estruturou em conflito com o latifúndio. A desigualdade dessas lutas produziram deformações no processo de crescimento agrícola, que para Alberto Passos Guimarães podem ser identificadas em três aspectos: a) a introdução do progresso técnico; b) a partilha dos fundos de terras; c) a absorção da mão-de-obra.

No que se refere à introdução dos progressos técnicos, pode-se perceber que este não foi adequado à realidades com escassos capitais e altos índices de mão-de-obra. A introdução dessa tecnologia sofisticada agudizou a desigualdade, uma vez que dispensava o uso da mão-de-obra, introduzia um sistema em que os outros parceiros não poderiam competir e geravam um encarecimento do produto, com conseqüências nefastas ao fundo público.

O que tem acontecido é que aqueles que definem a utilização da tecnologia mais sofisticada se apropriam de incentivos e créditos agrícolas, retirando dos grupos de pequenos proprietários e posseiros estes recursos.

O uso dessa sofisticação técnica fez com que a região sul/sudeste aparecesse como rica, desenvolvida, e sem conflitos, enquanto as regiões centro-oeste, norte e nordeste fossem consideradas arcaicas. Dessa dualidade nasceram os conceitos de Frente Pioneira e Frente de Expansão, através dos quais procurava justificar os conflitos sociais no campo, restringindo-os às áreas de ocupações recentes, estando São Paulo nestas análises, no quadro de zonas rurais de ocupação antiga, portanto, sem conflitos⁽¹⁰⁾.

Entretanto, o ano de 1977 marcou o início de uma nova crise na agricultura. No período de 1970 a 1975 esteve em vigor um amplo programa de incentivos governamentais para a produção de máquinas agrícolas capazes de reduzir drasticamente o uso da mão-de-obra. Produziu-se em 1975, 59.851 unidades de tratores e outros equipamentos como colhedeiças combinadas automotrizes etc.

Esses equipamentos eram vendidos a preços elevados e dependiam do aporte de recursos do Estado, uma vez que uma colhedeira automotriz custava o equivalente a US\$ 37.500; uma esteira de arroz, US\$ 43.000; um trator, US\$ 11.250; e uma colhedeira de cana, US\$ 84.350.

Naquele mesmo período o Instituto Agrônômico de Campinas assessorava o projeto de fabricação de uma colhedeira de café que custaria entre US\$ 37.500 a US\$ 56.200. Em 1977, moderou-se o acesso aos recursos de crédito rural e a produção industrial também sofreu reduções imediatas. A Massey-Ferguson, multinacional de tratores, fechou duas fábricas em São Paulo e uma no Rio Grande do Sul, demitindo cerca de 20% de seus operários.

É evidente que esse surto técnico decrescente significava sua artificialidade mais do que sua necessidade produtiva. O curto período de sua efervescência deveu-se mais aos estímulos externos, mas mesmo assim, produziu efeitos perversos na estrutura agrícola, promovendo uma crise social, que ampliou o exército de reserva e estimulou a reprodução da desigualdade neste mesmo espaço.

O início da década de 1980, encontrou São Paulo impossibilitada de negar a existência do arcaico. Entretanto, o mito se mantém, com um discurso regionalista forte. A escolha de São Paulo para os intensos fluxos migratórios se dá pela idéia de locomotiva, mas produz os fenômenos de expansão das periferias, das populações subempregadas ou desempregadas espalhadas por toda a região metropolitana, pela Grande São Paulo e pela região Oeste e Norte do Estado. De várias regiões do país, especialmente da Bahia, de Minas Gerais, Mato Grosso ou mesmo do Paraná, agricultores migram e instalam-

se nas periferias das grandes, médias e pequenas cidades em São Paulo, como força de trabalho disponível. Procuram instalar-se em torno de regiões produtoras de gêneros agro-industrializados, cuja demanda de mão-de-obra é mais intensa. É interessante lembrar que além dos cítricos, têm destaque na lavoura de exportação, o café, a soja, e abre-se uma intensa produção de cana-de-açúcar para alimentar a alternativa de combustível para os automóveis, fator criado para enfrentar o desequilíbrio da balança de pagamentos com a crise do petróleo.

Essa expansão agro-industrial permitiu a concentração de trabalhadores volantes da agricultura nas regiões de Bebedouro e Guariba, palco em 1983 de um amplo movimento grevista, que denunciou o regime de trabalho escravo existente na área, e conseguiu produzir um acordo coletivo de salário para "bóias-frias".

Nesse mesmo processo, e motivado pelos fenômenos descritos anteriormente, gostaríamos de relacionar as lutas dos Sem-Terra em Sumaré, especialmente o grupo 1, que passou a servir de referência nas lutas rurais em São Paulo, em que permitiu a crítica da imagem de progresso homogeneizador que o Estado tenta atribuir-se, e que na imagem da Locomotiva aparece como um motor de um amplo processo de impulsionamento econômico que se irradia sobre o país.

A imobilização dos Sem-Terra da região de Campinas se deu com o apoio das comunidades eclesiais de base, que através de coletas, discussões e preparação política do grupo, apoiou espiritualmente e materialmente as ocupações em Sumaré, cujo objetivo era garantir a sobrevivência dos subempregados da região. Os assentamentos rurais foram se formando, uma vez que a orientação os dirigia a ocuparem terras públicas em São Paulo.

Depois de inúmeras negociações os assentados receberam autorização de permanência na área e uma proibição para produzir agricultura perene. É possível assim, através da análise das lutas contemporâneas, a visualização das estruturas de dominação. Elas têm se realizado nos marcos permitidos pelo sistema, com colaboração do Estado que se assenta no modelo concentracionista. Do lado dos Sem-Terra, esta experiência tem produzido efeitos novos, tais como, a necessidade de associativismo para enfrentar as dificuldades produtivas que se colocam, a necessidade de inserção no mercado, uma política de preços mínimos etc. Entretanto, essa experiência ainda não criou uma alteridade propriamente camponesa, fenômeno que via de regra, permite a continuidade do mito da Locomotiva e da estrutura do arcaico enquanto incompetência, indisciplina do trabalho ou mesmo ignorância dos assentados, quando esperam que a produtividade obtida nas suas áreas possa competir com aquelas portadoras de recursos de capital e técnicas.

Do assentamento do grupo 1 de Sumaré, irradiaram-se processos de ocupação no grupo 2, em Promissão, Andradina, etc. O grupo 1 tem sido referência aos vários outros, uma vez que através de sua ação, do registro de suas lutas, e, da avaliação dos resultados, os demais podem rever suas estratégias e suas práticas⁽¹¹⁾.

Assim, quer ocupando áreas, quer organizando Sindicatos, quer pela organização de greves, por acordos coletivos de trabalho, esses camponeses têm se manifestado e se colocado na política, demonstrando que nesse Estado a desigualdade sobrevive, e que a concentração de renda pode ser vista como entrave ao desenvolvimento regional e não seu estímulo.

Entretanto, se na região Oeste, a mais rica de São Paulo, os fenômenos acima descritos estão presentes, na região Sul, especialmente no Vale do Ribeira, a situação é ainda mais complexa.

Em 1986, o relatório dos conflitos de terra, da Coordenadoria de Assuntos Fundiários do MIRAD indicava a área como a 2ª colocada em denúncias recebidas sobre a prática de trabalho escravo. Pelas denúncias, familiares acusavam o governo de conivência com as empresas da região, da ação dos gatos (caçadores de mão-de-obra) que aprisionavam camponeses em Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, e os prendiam com correntes, nas propriedades produtivas de bananas, chá, ou nas áreas de criação de búfalos⁽¹²⁾.

Motivadas por essas denúncias, passamos a estudar a região e percebemos o volume de projetos financiados pelo governo de São Paulo, desde a gestão de Laudo Natel, sem que esses investimentos resultassem em alteração qualitativa das estruturas desiguais ali existentes.

O grande interesse pela área devia-se à segurança nacional, uma vez que nela ocorreu a guerrilha dirigida por Carlos Lamarca, que pouco se relacionou com os camponeses da região, mas, acabou produzindo uma penetração intensa de empresas e governo, alterando profundamente a utilização da área, destruindo artesanato pesqueiro, especulando em relação às áreas litorâneas e dividindo unidades produtivas a partir do retraçado da Rodovia Regis Bittencourt.

Nessa região existem núcleos coloniais criados no primeiro período de Getúlio Vargas, comunidades negras remanescentes da escravidão, áreas de posses e um intenso processo de grilagem de terras estimulado por todo esse campo de disputa pelo controle da área e dos recursos a ela destinados. O caso do Utingão nos levou a identificar quinze títulos de propriedades registrados em cartórios de Registro de Imóveis sobre uma mesma área. Nesses conflitos, os posseiros têm sido vítimas, pois jagunços, matadores, a polícia, entre

outros, se voltam exatamente contra aqueles que persistem na luta pela terra, com a responsabilidade de produzir os alimentos que abastecem as cidades.

Assim, a imagem do progresso que São Paulo se atribui esconde as desigualdades sociais e os diferentes e simultâneos tempos históricos subsumidos pelo capital.

Portanto, retomando a contribuição de Agnes Heller, podemos perceber que o desenvolvimento do mito do progresso, nos leva não à discussão regional, mas à discussão da inexorável lei do desenvolvimento desigual que submete formações econômico-sociais.

NOTAS

- (1) HELLER, Agnes - *O cotidiano e a História*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.
- (2) idem, ibidem
- (3) CAMPOS, Bernardino de - *A galeria dos Presidentes Paulistas*. Imprensa Oficial, 1912; Salles, Manuel Ferraz de Campos - *Da propaganda à Presidência*, São Paulo, Imprensa Oficial, 1898; Lima, Oliveira - *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Rio de Janeiro, 1944; Vianna, Oliveira - *Evolução do Povo Brasileiro*, São Paulo, 1925.
- (4) BELLO, José Maria - *História da República*, Cia. Ed. Nacional, Rio de Janeiro, 1954; Basbaun, Leôncio - *História Sincera da República*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969; Prado Jr., Caio - *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1969.
- (5) LOVE, Joseph,- São Paulo - *Locomotiva do Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- (6) HELLER, Agnes - op. cit.; Lefevre, Henr - *Metafilosofia*, Paris, Galimard, 1976.

- (7) VIOTTIDA COSTA, Emília - *Da monarquia à República*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1967; Cano, Wilson - *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo, Difel; Singer, Paul - *Crescimento Econômico e Concentração Urbana*, São Paulo, Difel, 1982.
- (8) GUIMARÃES, Alberto Passos - *A crise agrária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- (9) IOKOI, Zilda Márcia Gricoli - *Igreja e Camponeses: a Teologia da Libertação e os Movimentos Sociais na Campo - Brasil-Perú - 1964/1986*. Tese de doutoramento - FFLCH-USP, 1990.
- (10) GRAZIANO DA SILVA, José - *A Modernização Dolorosa*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- (11) ARAÚJO, Marco Cezar - Relatório de Pesquisa - *Os conflitos sociais em São Paulo - Assentamento Rural de Sumaré I*, São Paulo, FFLCH-USP, 1991 - mimeo CNPq.
- (12) MARTINEZ, Maria Cecília - Relatório de Pesquisa - *Movimentos Sociais em São Paulo - a ação governamental no Vale do Ribeira*, São Paulo, FFLCH-USP, 1990 - mimeo CNPq.